

MOVIMENTAÇÃO FENÍCIO-PÚNICA NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL: NOVAS PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

Profa. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari¹

RESUMO: Este artigo está dividido em duas partes: a primeira faz uma história dos recentes usos do termo “Mediterrâneo”, chegando a abordagens recentes que trabalham com a hipótese de uma conectividade nesse espaço; na segunda parte, essa discussão teórica é utilizada para mostrar conjuntamente com dados arqueológicos as recentes revisões interpretativas na caracterização dos fenícios e sua ocupação do território.

PALAVRAS-CHAVE: Mediterrâneo; conectividade; Arqueologia da Paisagem; Fenícia

ABSTRACT: This paper is divided into two parts: the first one presents a history of the recent usages of the term “Mediterranean”, reaching recent approaches that work with the hypothesis of connectivity within that space; in the last part, this theoretical discussion is used to show, with archaeological data altogether, the late interpretive revisions on the characterization of the Phoenicians and the territory they occupied.

KEYWORDS: Mediterranean; connectivity; Landscape Archaeology; Phoenicia

O Mediterrâneo, este cimento líquido, como bem assinalou Michel Gras (1998, p.7), vem permitindo o encontro de culturas as mais distintas há milênios. Exemplos arqueológicos destes contatos não faltam, como as câmaras funerárias talhadas nos flancos de falésias ou nas paredes de rochedos, os *haouanet* (fig.1), encontrados às centenas por todo o Norte da África, Sardenha, Sicília,² Malta, Espanha, França,³ Chipre e Mediterrâneo Oriental desde a Idade do Bronze; as moedas – cujo próprio processo de invenção e de dispersão é prova de uma rede de contatos de longa duração – de reis berberes norte-africanos nos séculos finais do primeiro milênio a.C., encontradas em tesouros norte africanos, sim, mas também em achados búlgaros, croatas, gregos e franceses,⁴ prova de pagamento

¹ Docente em Arqueologia do Mediterrâneo Antigo, Museu de Arqueologia e Etnologia – USP. Pesquisadora do Labeca – Laboratório de estudos da cidade antiga (www.labeca.mae.usp.br).

² Sepulturas da Idade do Bronze de Cassibile e Pantalica.

³ Vale do Petit-Morin, no Marne.

⁴ G. Camps (1960, p.208-209) já havia assinalado a descoberta de dois achados monetários descobertos nos Bálcãs, um em Kula (Bulgária) e o outro em Mazin (Croácia). Este último não

de mercenários pertencentes a grupos sociais os mais variados; ou ainda, os inúmeros vasos egeus, isto é, micênicos, encontrados de leste a oeste do Mediterrâneo e os inúmeros objetos de adorno e de artesanato fenícios, que seguiram as rotas abertas pelos primeiros, dispersando pelo ocidente um conjunto de elementos culturais, cujo ponto de partida era o Egeu e o Oriente Próximo, e que fizeram parte de uma verdadeira *koiné* Mediterrânica, nas palavras de Luigi Bernabó Brea (1964-1965).

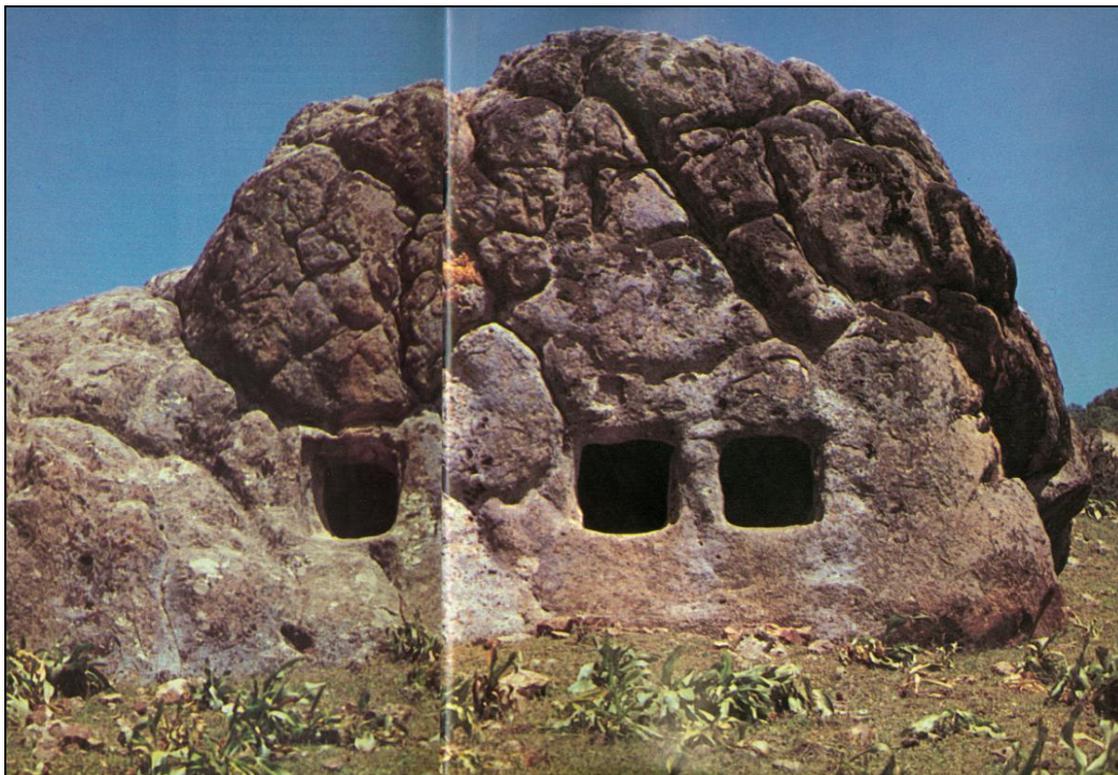


Fig.1 Haouanet.

Referência : *Histoire et archéologie*. Carthage et la Tunisie, dezembro 1982-janeiro 1983, p. 12-13.

continha menos de 328 moedas númeradas. É nesta região da Ilíria que foi encontrado o conjunto mais importante de peças númeradas. As moedas de Ptolomeu X Soter, associadas às númeradas no achado, permitem que o depósito seja datado do ano 80 a.C. Uma outra moeda númerada foi descoberta na Armórica, perto do estuário de Léguer (J. Gauthier du Mottay, *Recherches sur les voies romaines du département des Côtes-du-Nord*. *Mém. de la Soc. D'émulation des Cotês-du-Nord*, vol. V, 1867, p. 140-144 apud Camps 1960, p. 209).

No Oriente possuímos apenas um exemplo de achado monetário. Em Delos foi encontrada uma peça de bronze de Massinissa e seus sucessores (Acquaro; Manfredi & Rahmouni 1989, p. 27).

No entanto, é da França que vem o maior número de achados monetários númeradas (e também mouros). Foram elencados onze achados monetários númeradas de Massinissa e seus sucessores (Fischer 1978: 108-129).

De fato, apenas acabei de mencionar uma quantidade quase irrisória de exemplos, pinçados a esmo dentre os inúmeros casos já atestados arqueologicamente, e sem ter sequer assinalado toda a movimentação provocada pelas navegações e conquistas territoriais gregas e romanas. E no entanto, apesar da consciência desta unidade unificadora, isto é, o mar Mediterrâneo, permitindo a travessia de imensas distâncias, impensáveis se tivessem que ser percorridas pelos continentes, a Arqueologia e a História por muito tempo, para não dizer ainda hoje em alguns setores, trabalham com pesquisas isoladas, de sociedades distintas, entidades culturais autônomas: gregos; etruscos; romanos; castrejos; berberes; fenícios; entre inúmeros outros. É claro que o aprofundamento das pesquisas, que requer a manipulação para análise e interpretação de um corpus documental cada vez maior e mais específico, e o desenvolvimento de ramos de estudo distintos, quase obriga este estado das coisas. Ainda assim, faz-se necessário entendermos a complexa rede de relacionamentos que estas mesmas sociedades, com suas particularidades culturais, sociais, econômicas e políticas, construíram umas com as outras em locais e momentos específicos ao longo da História. Isto é, analisarmos em estudos comparativos os dados materiais, culturais e socioeconômicos que se interconectam e se sobrepõem.

Este tipo de preocupação é, no entanto, recente. Apesar da obra original e seminal de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*⁵ ter, hoje, mais de 60 anos, podemos situar a retomada das ideias ali apresentadas nos anos 2000, quando o conceito de ‘conectividade’, então, ganha premência na Arqueologia Mediterrânea, ao ser reelaborado com a atribuição do papel crítico deste estabelecida por Peregrine Horden e Nicholas Purcell na obra *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Conforme bem assinala o arqueólogo Ian Morris, no artigo “Mediterraneanization”, de 2003, temos o constante desenvolvimento dinâmico de um “processo de conexão”, no qual pessoas, bens, ideias e experiências se movimentavam ao redor do Mediterrâneo desde a Antiguidade mais remota.

⁵ Edição brasileira pela Martins Fontes em 1983. O Mediterrâneo, personagem principal do livro, é compreendido como um ponto de intersecção entre os três continentes do velho mundo: a Europa, a Ásia e a África.

Ao mesmo tempo, a ideia do Mediterrâneo como ‘cimento líquido’, como agente conectivo, esbarra em nossa própria experiência histórica, em plena era de globalização. A arqueóloga Tamar Hodos, em um artigo de 2010, “Globalization and Colonization: A View from Iron Age Sicily”, pretende trabalhar o modelo da globalização, não a partir da ideia de uma compressão, na qual o mundo é entendido como um lugar coerentemente ligado, unificado culturalmente, e sim, como um instrumento para pensarmos as heterogeneidades culturais. Isto porque, práticas compartilhadas não equivaleriam a práticas identicamente replicadas, e a intensidade do contato não necessariamente implicaria em um vencedor e um derrotado, ao contrário, levaria a tentativas cada vez mais fortes de definição das fronteiras entre os diferentes grupos sociais. Desse modo, mudanças que ocorrem após contatos prolongados podem ser entendidas como reações provocadas que procuram redescobrir a particularidade, o localismo e a diferenciação.

Neste sentido, Hodos propõe uma união entre o movimento pós-moderno e sua ênfase na diversidade dos vários agentes sociais, e as noções contemporâneas de globalização, exercitando seus usos em estudos de caso de contato na Antiguidade.

Assim é que estudos abrangentes como os publicados por Peter Van Dommelen e Bernatd Knapp, no livro *Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*, também de 2010, puderam vir à tona. Isto é, na esteira da percepção da conectividade engendrada pelo Mediterrâneo, temos que as conexões materiais, ou seja, os processos de migrações de longa distância e migrações prolongadas, as práticas híbridas e as diásporas de objetos se destacariam muito mais do que mormente se pensava. De maneira análoga, culturas delimitadas e populações bem definidas, com identidades prontas e distintas, são vistas como exceção e não mais como regra.

Na esteira destas discussões acadêmicas, passou-se pela necessária revisão da abordagem dos chamados, à falta de precisão conceitual, processos coloniais registrados na Antiguidade tanto pela documentação textual quanto arqueológica. Conforme expusemos no início de nossa fala, o Mediterrâneo, desde os períodos mais recuados, foi singrado de um lado a outro pelos diversos

povos habitando a sua orla. Estes antigos, notadamente os egeus (micênicos), mas também os fenícios, entre outros, estabeleceram uma rede de contatos por toda a Bacia Mediterrânea. Mais adiante, essencialmente a partir dos séculos IX e VIII a.C., ao nos guiarmos pela documentação arqueológica, processos de estabelecimento de fundações mais permanentes, seguindo uma denominação de origem grega, as chamadas *empória* e *apoikias*, passaram a dominar e a redefinir o panorama mediterrâneo. Isto é, estamos diante das tão comentadas e analisadas, arqueologicamente e historiograficamente, colonizações grega e fenícia (fig. 2).

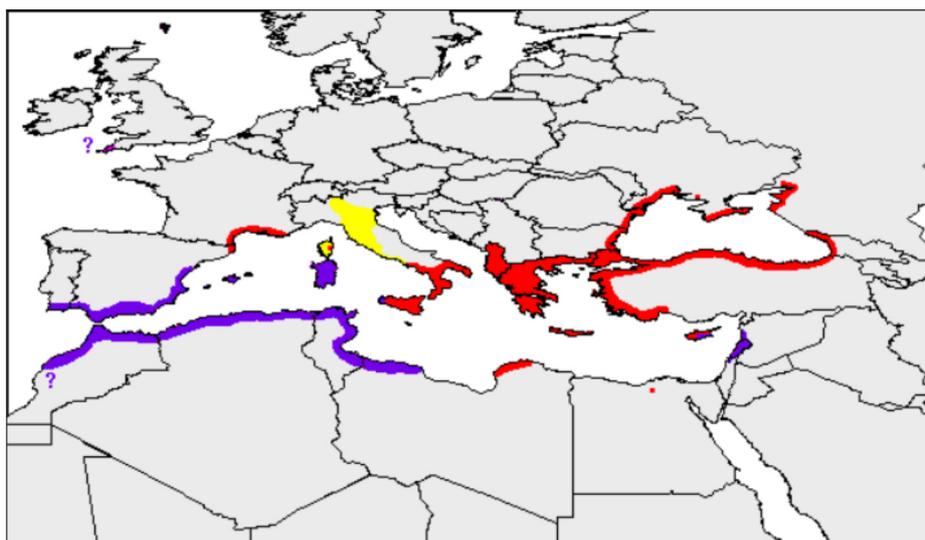


Fig. 2 Mapa expansão grega (vermelho) e fenícia (roxo).
Referência: <http://xenohistorian.faithweb.com/africa/carthage.html>

No entanto, e seguindo o desenvolvimento conceitual apresentado acima, de percepção de um jogo interconectado de ação e reação nas relações de contato, e do papel fundamental do Mediterrâneo como facilitador destes contatos, a posição hegemônica de colonos gregos e fenícios na cadeia de acontecimentos é questionada.

Assim é que alguns pesquisadores, como Peter Van Dommelen, têm procurado trabalhar a história do uso do conceito colonização na Arqueologia Clássica. Van Dommelen aponta que apesar dos fenômenos coloniais receberem muita atenção na Arqueologia Clássica e Mediterrânea, a própria noção de colonialismo só passou a ser questionada recentemente. A preferência de uso do

termo ‘colonização’, que implicaria mais na ação e menos na ideia de um processo organizado a partir de um poder central, em detrimento ao termo ‘colonialismo’, não resolveria o problema do contágio, por parte, principalmente, dos pesquisadores ocidentais, formados na cultura europeia dos séculos XIX e XX, das noções implícitas ao movimento colonialista moderno, em seus tratamentos do fenômeno na Antiguidade (VAN DOMMELEN 1997, p. 305-07).

De maneira análoga, a visão dualista de dois blocos homogêneos e estanques, o dos colonizadores e o dos colonizados, foram revistas, e hoje tenta-se trabalhar com categorias individuais e plurais, dentro das diversas dimensões sociais (classe, gênero, idade), políticas, econômicas e religiosas existentes nas duas ou mais sociedades que entraram em contato durante tais processos coloniais. Assim, as diversas identidades criadas e recriadas em contextos específicos passaram a fazer parte deste novo discurso acadêmico (VAN DOMMELEN e KNAPP 2010, p. 4-7).

Estas novas conceituações têm uma excelente oportunidade de serem abordadas nos estudos de Arqueologia da Paisagem. Isto é, estudos que trabalham a cultura material e todas as intervenções humanas em um dado meio ambiente, por toda uma região, e não se concentrando em escavações em sítios específicos, onde a intenção é recuperar a ocupação humana dos espaços, pensando como as comunidades transformam espaços físicos em locais com significado (ANSCHUETZ, WILSHUSEN e SCHEICK 2001, p. 159). Ao invés de longas e meticulosas escavações, o pesquisador trabalha a partir de prospecções de superfície, recuperando todo e qualquer vestígio arqueológico encontrado na superfície de grandes extensões territoriais. Trabalha-se na diacronia, na chave da longa duração, mas também na sincronia.

Na visão de Anschuetz, Wilshusen e Scheick (2001), uma paisagem representa a maneira pela qual as pessoas dão significado a elas mesmas e a seus mundos, isto por meio de sua relação com a natureza. E é por meio dessa relação que elas salientam e comunicam seu papel social e o dos outros.

Com relação à sociedade fenício-púnica, tema central de nossa fala, recentes pesquisas em Arqueologia da Paisagem vieram tentar preencher a lacuna criada pela visão preconceituosa baseada no tipo de história que se fazia

nos séculos XVIII e XIX, essencialista e idealista, que associava a cada povo uma identidade específica, intrínseca, quase desprovida de história. Nesta moldagem, os fenícios e púnicos receberam o carimbo de povos comerciantes, o que direcionou os estudos modernos, mesmos os que tentavam escapar das armadilhas preconceituosas, às esferas específicas do comércio, da economia e da navegação.

Como resultado, ocultou-se uma das características mais importantes da colonização fenícia, a exploração dos terrenos e a produção agrícola, domínios sobre os quais os fenícios aparecem como inovadores, sob vários aspectos (VAN DOMMELEN e BELLARD 2008, p. 1-2). Pesquisas recentes e em curso procuram aprofundar nosso conhecimento sobre o mundo rural fenício e púnico, uma área por muito tempo esquecida, mas que acessa o mundo das paisagens atlânticas e mediterrânicas.

Tal ocorre, essencialmente, pela possibilidade, primeira vez alcançada no âmbito dos estudos fenício-púnicos, da análise comparativa entre as várias regiões ocidentais onde fenícios e cartagineses aportaram em momentos históricos distintos: o Norte da África, a área meridional da Península Ibérica, notadamente a região da atual Andaluzia, as ilhas Baleares, a Sardenha e a Sicília. Os dados das crescentes investigações arqueológicas, que gradativamente foram alterando seu foco dos assentamentos costeiros, onde facilmente encontramos vestígios fenício-púnicos, para a ocupação do território de maneira geral, vieram corroborar e aprofundar a percepção de uma ocupação púnica extensa mas não necessariamente mantida pela força militar e nem por um controle central forte.

Em 2008, um volume de estudos intitulado *Rural Landscapes of the Punic World*, editados por dois expoentes das pesquisas de paisagem fenício-púnicas no ocidente mediterrânico, Peter van Dommelen e Carlos Gómez Bellard, reuniu um conjunto de artigos dando conta dos resultados alcançados até o momento, por meio de grandes projetos de investigação arqueológica, acerca da ocupação e organização territorial, no período púnico, em Ibiza, na Península Ibérica, no Norte da África, na Sicília, em Malta e na Sardenha.

O objetivo de tal volume, além de reunir os resultados de estudos mormente publicados em periódicos por demais especializados e de circulação

restrita, foi o de, por meio da análise comparativa das várias regiões do mundo púnico, estabelecer novas interpretações sobre a relação entre organização rural e colonial, contrastando as evidências arqueológicas com as ideias existentes sobre o colonialismo cartaginês, que, mormente baseadas em informação textual, embasaram por décadas a ideia de um expansionismo militar cartaginês a partir do século VI a.C. A historiografia moderna tem tido a tendência em enfatizar a importância da agricultura no mundo púnico e de relacionar essa dimensão com a expansão além mar de Cartago, contrastando, assim, a história da fundação tíria no litoral norte-africano, com o chamado caráter comercial das primeiras explorações marítimas dos fenícios. Neste sentido, a pesquisa moderna vinha, até pouco tempo, trabalhando com uma clara mudança que marcaria a fronteira entre dois momentos distintos da história fenício-púnica: a natureza comercial fenícia teria se transformado em domínio territorial cartaginês centralizado, com a exploração de produtos agrícolas e metais preciosos. Tal mudança alcançaria diversos campos: político, econômico, cultural e religioso. A ideia tradicional de um “império cartaginês”, não obstante marítimo, mas fortemente ancorado em domínios territoriais, notadamente na Península Ibérica e na Sardenha, alimentou essa visão, ligada a estratégias coloniais cartaginesas.

É nossa intenção apresentar no âmbito deste artigo alguns dos pontos mais relevantes levantados pela análise dos resultados das investigações fenício-púnicas mais recentes. Uma primeira questão de interesse concerne a própria ocupação da terra. Em relação à concepção tradicional de uma expansão fenícia, iniciada entre os séculos IX-VIII a.C. (não vamos entrar aqui na discussão acerca desta cronologia e da existência de uma chamada fase pré-colonial anterior⁶), voltada para o provisãoamento de matérias-primas, notadamente metais preciosos, a Arqueologia, de fato, demonstra uma ocupação rarefeita das terras interioranas, isto é, composta por um número reduzido de sítios rurais. Estes já são detectáveis a partir do século VII a.C., ao redor de muitos dos assentamentos costeiros fenícios do Mediterrâneo ocidental (fig.3).

⁶ Para uma discussão do tema e da bibliografia pertinente, ver Kormikiari 1993.

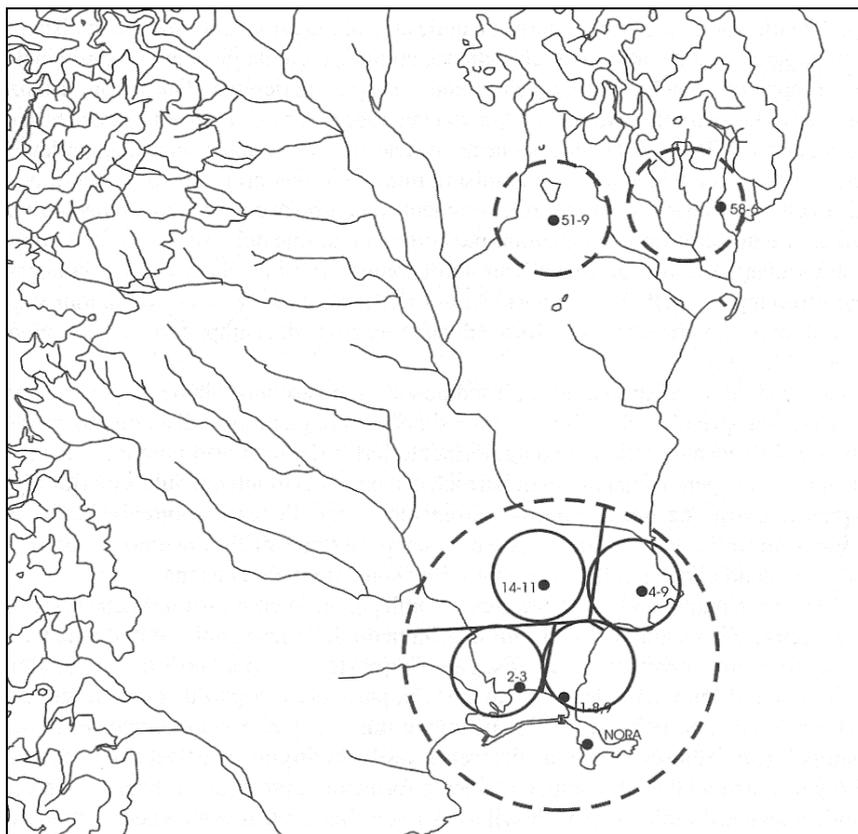


Fig. 3 Nora e a ocupação territorial na fase fenícia tardia (séculos VII-VI a.C.).

Os sítios ao redor do pontilhado maior são fazendas nas proximidades do assentamento urbano (Nora). O sítio 58-6 é uma fortificação e o 51-9 uma aldeia indígena.

Referência: BOTTO, M.; FINOCCHI, S.; MELIS, S. FENDELI, M. "Nora: sfruttamento del territorio e organizzazione del paesaggio in età fenicia e punica". IN: Bellard, C. G. (ed.) *Ecohistoria del paisaje agrario. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Universitat de València, 2003, p. 164.

No entanto, é a partir do século V a.C., e mais notadamente a partir do século IV a.C., que a Arqueologia detecta uma expansão rural acentuada (fig.4). Uma pergunta, então, se tornou fundamental: por que as pessoas decidiram deixar os centros urbanos (à falta de uma terminologia melhor para o mundo fenício-púnico) e foram estabelecer-se em assentamentos rurais? Este fenômeno é arqueologicamente detectável, dentro de uma coincidência cronológica, por todo o Mediterrâneo ocidental. A resposta usualmente tem sido procurada e justificada nas supostas ações políticas e expansionistas de Cartago.

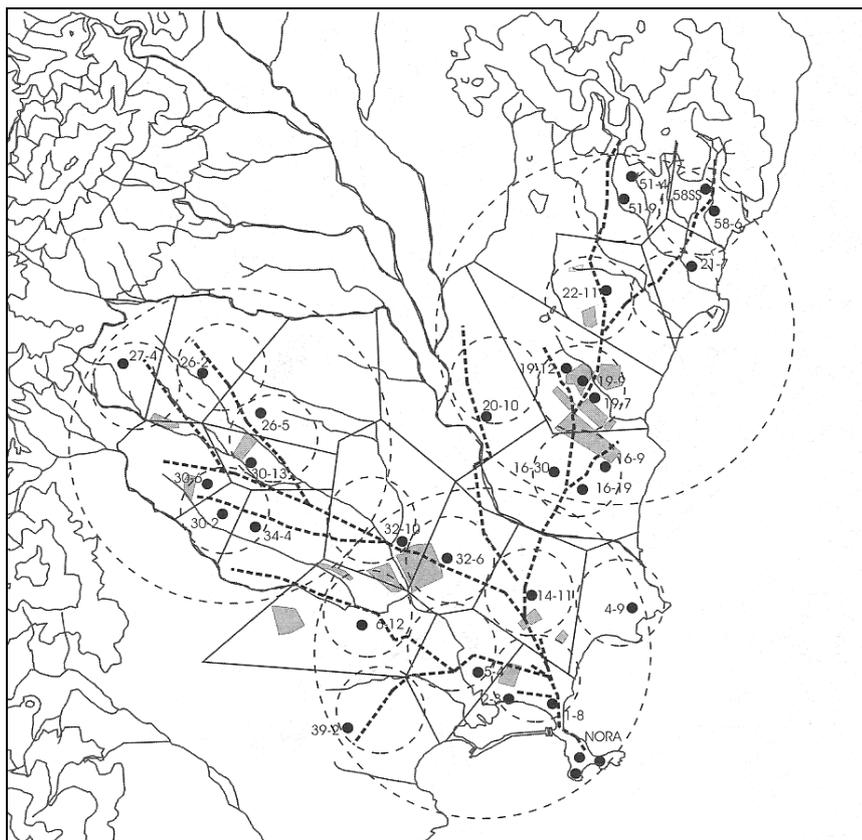


Fig. 4 Nora e a ocupação territorial na fase púnica (séculos V-IV a.C.).

Todos os sítios apresentam cultura material púnica, representam, em sua maioria, fazendas.

Referência: BOTTO, M.; FINOCCHI, S.; MELIS, S.; PENDELI, M. "Nora: sfruttamento del territorio e organizzazione del paesaggio in età fenicia e punica". IN: Bellard, C. G. (ed.) *Ecohistoria del paisaje agrario. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Universitat de València, 2003, p. 165.

No entanto, Bellard e van Dommelen (2008) acreditam que essa resposta tem se baseado mais nas fontes textuais e não nas arqueológicas, que apresentam outros tipos de evidência acerca da ocupação territorial púnica, como veremos a seguir. Além do que, eles propõem que se inverta a questão: ao invés de demandarmos uma interpretação para a expansão do século IV, a pergunta deveria ser por que o assentamento rural se manteve tão discreto até o século IV a.C.?

A explicação para essa ocupação reduzida do território interiorano, no entanto, não é abordada enquanto falta de vontade política ou incapacidade de domínio, ao contrário, a análise de Lin Foxhall no artigo “Cultures, landscapes and identities in the Mediterranean world”, de 2003, é utilizada como ponto de partida. Nele, a autora enfatiza o impacto da falta de mão de obra na estruturação de unidades agrícolas na antiguidade clássica, e observa que “falta de terra, de maneira alguma, deve ter sido um problema para os fazendeiros” (2003, p. 77). Foxhall demonstra como mesmo unidades domésticas com arado puxado por gado não conseguiriam cultivar mais do que 5 ou 6 hectares ao ano, o que significaria que o fator a limitar a agricultura mediterrânica não foi a falta de terra cultivável e sim falta de mão de obra (2003, p. 83-92). Desse modo, com relação às paisagens fenício-púnicas, temos a sugestão de avaliar a maioria dos assentamentos coloniais fenícios enquanto empreendimentos de pequeno porte. Isto é, mesmo que muitos destes já apresentem, desde os períodos mais recuados, uma aparência urbana em termos arquiteturais, não se pode negar que são de dimensões reduzidas, levando à ideia que o número de habitantes nestes enclaves litorâneos fosse, de fato, baixo. Assim, uma falta de mão de obra crônica teria impedido qualquer tentativa de aumento da produção agrícola.

Isto não significaria um retorno à concepção tradicional de assentamentos meramente comerciais, mas apenas que a produção agrícola fosse voltada para a subsistência. O exemplo de Nora, assentamento fenício mais antigo da Sardenha, fundada em meados do século VIII a.C., data fundamentada tanto pelas fontes textuais como pelas evidências arqueológicas, mostra como, no período fenício, o abastecimento da cidade era baseado no aproveitamento agrícola a partir de poucas e pequenas fazendas localizadas dentro de um raio de 2 km do centro urbano do assentamento e das trocas com assentamentos indígenas mais distantes, além do aproveitamento de produtos marítimos (peixes e salgações) em duas pequenas estruturas localizadas no istmo setentrional, próximo ao sítio de Nora (BOTTO; FINOCCHI; MELIS & RENDELI, 2003, p.167-72) (fig.3, acima).

Esta linha de raciocínio levaria à sugestão que, portanto, a partir dos séculos VI e V a.C., teria havido um significativo aumento populacional dos

centros fenício-púnicos do Mediterrâneo ocidental. De fato, temos indícios arqueológicos (aumento das áreas das necrópoles, estabelecimento dos *tofets*⁷ em alguns centros, entre outros achados) que demonstrariam que os centros se expandiram, a própria Cartago, e sítios fenícios na Sicília, Sardenha e Ibiza. Mas não de maneira tão significativa a ponto de acompanhar o aumento da ocupação territorial.

Assim, uma alternativa que é abordada apresenta a relação dos centros fenícios com as populações indígenas dos territórios ocupados como possível explicação para a expansão do século IV a.C. Estas populações, novamente como bem demonstram as investigações arqueológicas, já habitavam as áreas onde os assentamentos rurais foram posteriormente estabelecidos. Uma boa parte da mão de obra necessária para a expansão agrícola pode ter vindo daí. A nova questão que a pesquisa fenício-púnica se coloca, então, diz respeito ao grau e aos modos de envolvimento desenvolvidos entre estas populações indígenas e os colonizadores.

Qual seria o tipo de relação estabelecido: escravidão em grandes latifúndios, como propõem alguns especialistas, ou, o contrário, não teriam os indígenas, eles próprios, assumido a iniciativa de organizar seus negócios rurais em colaboração com os colonos púnicos e os mercadores moradores dos centros urbanos?

No grande *survey* realizado em Nora, mencionado acima, os arqueólogos responsáveis identificaram a preponderância de sítios de pequeno porte, entre 1000 e 2000 m². Mais de 80% dos sítios repertoriados entre os séculos V e II a.C. se enquadram nestas dimensões (BOTTO; FINOCCHI; MELIS & RENDELLI, 2003, p.161). Ou seja, não só não há evidências da criação de latifúndios, como chegou-se a aventar a hipótese de uma repartição igualitária da terra. Este tipo de achado, novamente, se espalha em outras regiões do mundo púnico (VAN DOMELLEN & BELLARD, 2008).

Esta informação ajuda a desconstruir a ideia de latifúndios baseados no trabalho escravo, mas, a princípio, mantém-se a concepção que a dominação

⁷ O *tofet* é uma necrópole de incineração infantil, típica de assentamentos fenício-púnicos ocidentais. Para uma discussão sobre a controvérsia acerca desta, ver Ramazzina, 2002.

colonial cartaginesa implicou em uma imigração em larga escala, com a chegada de um número substancial de colonos na Sardenha, em Ibiza e na Andaluzia. As fontes textuais (Diodoro Sículo 20.55.4; Políbio 3.33.18; Tito-Lívio 21.22.3), então, se chamadas à baila para nos informar acerca da identidade destes colonos, mencionam que estes seriam, em sua maioria, imigrantes vindos do Norte da África, os chamados ‘líbio-fenícios’, usualmente interpretados, novamente a partir das fontes textuais, como mestiços de cartagineses com berberes, os povos indígenas norte-africanos, pessoas de “segunda-classe”.

O acúmulo de evidência arqueológica dos últimos anos levou, novamente, a uma reanálise da situação. Em Ibiza, por exemplo, a cultura material do século VI a.C. em diante demonstra uma homogeneidade e, ao mesmo tempo, uma diferenciação em relação a assentamentos fenício-púnicos das outras regiões mediterrânicas, que leva à hipótese de uma imigração restrita e uma forte aliança desta com a comunidade já estabelecida localmente (VAN DOMELLEN & BELLARD, 2008, p.72). Por outro lado, justamente nas outras regiões – Andaluzia, Sardenha, Sicília e Norte da África – temos um contexto de ocupação indígena da hinterlândia anterior à chegada fenícia, com assentamentos indígenas fortemente concentrados em um número restrito de assentamentos em elevações que possuem uma longa história. O fato destes assentamentos indígenas se tornarem locais preferenciais de assentamento rural no período púnico sustenta o argumento de que foram os habitantes locais destas cidades indígenas os agentes da criação de uma paisagem rural ao redor de seus assentamentos. A hipótese que a Arqueologia vem demonstrar, a partir da análise da cultura material e das formas arquitetônicas destes assentamentos rurais do século VI a.C. em diante, é que os contatos e os laços com a cultura fenício-púnica (e em localidades como a Sicília, que também vivenciou uma forte implantação de cidades gregas, e a própria Sardenha, em razão da proximidade geográfica com a Sicília, igualmente com a cultura grega) levou à adoção e à adaptação destes materiais nos novos assentamentos, resultando em paisagens diferenciadas das existentes até então.

Deste modo, temos, por exemplo, na Sicília, edifícios em estilo grego (o caso mais dramático sendo o inacabado templo dórico da cidade elímia de

Segesta), telhas e cerâmica grega e púnica (especialmente ânforas) tanto importadas como de imitação, encontrados em grande número, em sítios rurais construídos a partir de padrões coloniais não representados anteriormente nestas localidades (idem, p.223). Ou, na Andaluzia e na Sardenha, onde temos atestada uma continuidade dos sistemas de assentamento, muitas vezes podendo ser datados desde o Bronze Final, percebe-se, no período púnico, a incorporação de uma cultura material destes últimos, com importações e imitações locais (notadamente de ânforas), além da construção de fazendolas de estilo púnico. Na Península Ibérica, inclusive, algumas cidades de origem indígena passam igualmente a emitir numerário em estilo púnico.

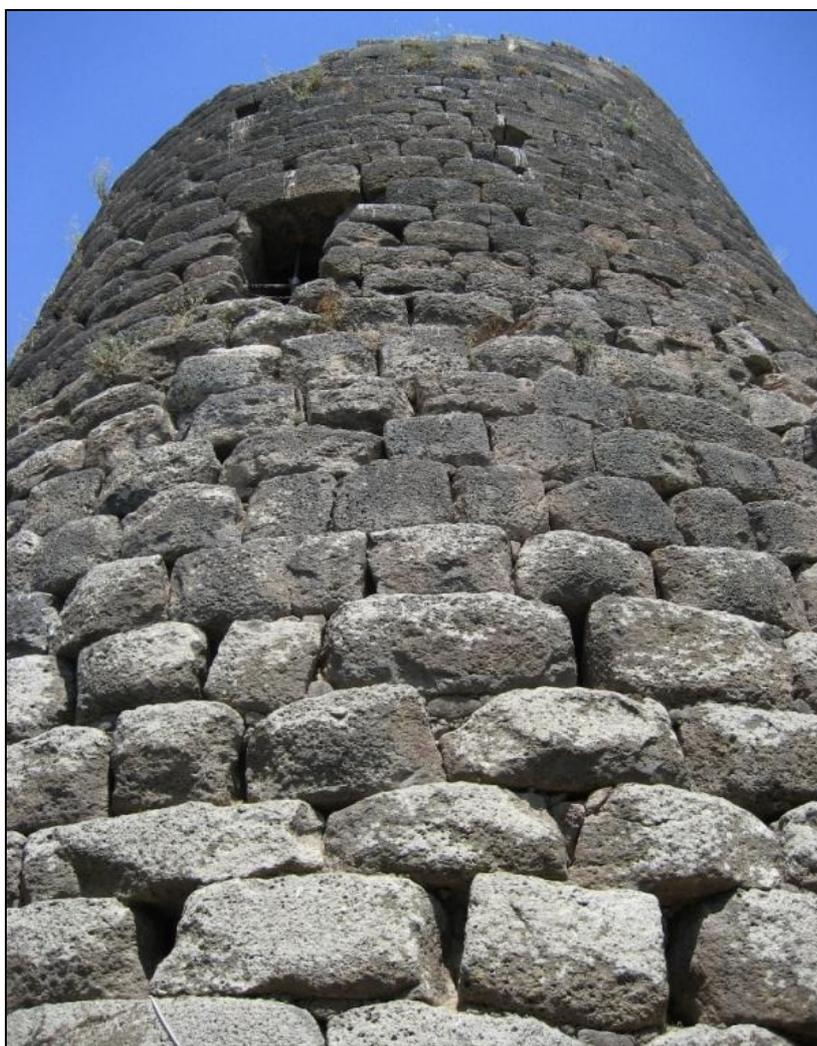


Fig. 5 Nuraghe, Cagliari, Sardenha.

Referência:

<http://mysardinia.com/1105/medieval-towers-crown-cagliaris-hills/>

Na Sardenha, especificamente, os trabalhos arqueológicos mais recentes têm evidenciado construções em estilo púnico, a partir dos séculos VI e V a.C., associadas aos *nuraghi* indígenas. *Nuraghi* são construções megalíticas em torres únicas (fig.5) que são mormente interpretadas como marcadores territoriais clânicos, mas que continuaram a ser utilizados, em contextos diferenciados até o período moderno. Esta associação representaria uma clara combinação de continuidade de uso aliada a inovações arquitetônicas por parte das populações indígenas (idem, p.198). No entanto, não se pretende a construção de uma paisagem rural unicamente indígena e, sim, associada a longos contatos com os colonos fenícios dos assentamentos litorâneos. Neste sentido, a prevalência desta justaposição (*nuraghe* + assentamento rural em estilo púnico) em uma distância próxima de centros fenício-púnicos costeiros, e a ausência desta mesma justaposição, com a continuidade de um uso caracteristicamente indígena em outros *nuraghi*, mais distantes, é por si só reveladora do motor do contato (BOTTO; FINOCCHI; MELIS & RENDELI, 2003, p.173-174).

De maneira análoga, os trabalhos de *survey* na Sardenha igualmente têm evidenciado novos assentamentos rurais em locais não associados a *nuraghi*. O projeto Nora, novamente, é ilustrativo do exposto. No período púnico, a partir do século V a.C., a dualidade produtiva, com sítios mais costeiros voltados para atividades artesanais, e sítios agrícolas, nos moldes de fazendas, já presente no período fenício, mas em baixo número e apenas próximos ao centro costeiro, se mantém. No entanto, atesta-se um grande aumento, uma frequência mais intensa da planície nas costas da cidade, com uma constelação de sítios e suas respectivas áreas de cultivo, um tipo de evidência arqueológica que implica em campos trabalhados mais sistematicamente (fig.4).

Já na região ocidental, temos sítios que se distribuem sobre o cume de pequenos planaltos aproveitando as características morfológicas do terreno. Os materiais mais antigos encontrados nestes sítios rurais afastados são do século V a.C. (novamente ânforas). Eles costumam estar localizados nas proximidades dos cursos d'água, isto é, nos canais de penetração da hinterlândia. Tal fato é fundamental para o abastecimento de matérias-primas e para o transporte

para o centro urbano, Nora. Neste setor, é também atestada a exploração de minas a céu aberto.

Nestes casos, podemos trabalhar com a hipótese de uma ação direta dos próprios colonos de origem fenício-púnica, talvez já ali implantados há gerações, ou de imigrantes de outras partes do mundo púnico.

Como conclusão, fica o fato que as evidências arqueológicas impedem que se faça a fácil associação, transmitida pelas fontes textuais, de um adensamento dos assentamentos rurais púnicos associado às conquistas cartaginesas, e muito menos, como resultado direto destas. Neste sentido, não há como corroborar a ideia de imigração em larga escala, escravizada ou não, nem de exploração econômica.

Ao contrário, acredita-se que na maioria dos casos, estamos lidando com paisagens rurais que foram criadas e modeladas pelos habitantes indígenas em estreita interação e associação com os habitantes dos centros fenício-púnicos das costas. Desse modo, uma arqueologicamente atestada expansão agrícola do século V-IV a.C. em diante, uma intensa interação colonial, incluindo imigrações, e mudanças culturais – a adoção de tradições culturais púnicas – são todas características de um complexo processo que se desenvolveu de maneira muito aproximada em diferentes regiões do mundo púnico.

A demanda para estas mudanças deve ser buscada em um mix de crescimento populacional, crescente interação entre populações culturalmente diversas e aumento das trocas comerciais. O atestado elevado número de ânforas a cruzar as águas do Mediterrâneo ocidental, ao longo dos séculos V e IV a.C., alcançando da Península Ibérica e do sul da França até as áreas interioranas da Sardenha e Sicília, para não mencionarmos a costa atlântica dos dois lados do Estreito de Gibraltar provam a existência de uma intensa rede púnica de trocas (VAN DOMELLEN & BELLARD, 2008).

Neste sentido, as investigações atuais apontam para uma interpretação que vê, muito mais, o papel ativo dos assentamentos fenício-púnicos mediterrânicos no desenvolvimento rural regional, e na elaboração de contatos de longa distância, e não uma ação orquestrada por Cartago enquanto um poder centralizado e militarmente coercitivo. Não obstante, o papel de Cartago não

pode ser negado e acreditamos ter apresentado algumas vias de possível reinterpretação deste papel.

Bibliografia:

Fontes textuais

DIODORO SÍCULO. *Biblioteca Historica*. Tradução de Francisco Parreu Alasà e Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 2001-2004.

POLÍBIO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

TITO-LÍVIO. *Histoire Romaine*. Tradução de Annette Flobert. Paris: Flammarion, 1993-1994.

Obras gerais

ACQUARO, E. ; MANFREDI, L. I. & RAHMOUNI, L. *Monete puniche nelle collezioni italiane*. Bolletino di Numismatica, Monografia 6.1, Parte I, Roma, 1989.

ANSCHUETZ, K. F., WILSHUSEN, R. H. & SCHEICK, Ch. L. “An Archaeology of Landscapes. Perspectives and Directions”. *Journal of Archaeological Research*, vol.9, n. 2, 2001, p. 157-211.

BOTTO, M.; FINOCCHI, S.; MELIS, S; RENDELI, M. “Nora: sfruttamento del territorio e organizzazione del paesaggio in età fenicia e punica”. IN: Bellard, C. G. (ed.) *Ecohistoria del paisaje agrario. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Universitat de València, 2003, p. 151-186.

BREA, L. B. Leggenda e archeologia nella protostoria siciliana. *Kokalos*, 10-11, 1964-1965, p. 1-33.

CAMPS, G. Massinissa ou les débuts de l'histoire. *Lybica*, 1960, VIII.

FISCHER, B. “Les monnaies antique d'Afrique du Nord trouvées en Gaule”. *Suppl. a Gallia*, XXVI, Paris: CNRS, 1978.

FOXHALL, L. “Cultures, landscapes and identities in the Mediterranean world”. *Mediterranean Historical Review*, 18 (2), 2003, p. 75-92.

GRAS, M. *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Ed. Teorema, 1998 (1995).

HODDOS, T. “Globalization and Colonization: A View from Iron Age Sicily”. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 23.1, 2010, p. 81-106.

HORDEN, P. & PURCELL, P. *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Oxford e Malden, Massachusetts: Blackwell, 2000.

KORMIKIARI, M. C. N. “Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo centro ocidental”. *Classica*, Supl. 2, 1993, p. 261-267.

MORRIS, I. (2003) “Mediterraneanization”. *Mediterranean Historical Review*, 18-2, 2003, p. 30-55.

RAMAZZINA, A. A. “Sacrifícios de crianças ou cemitérios infantis? A polêmica do *tophet* no mundo fenício-púnico”. *Anais do XIº Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)*, Rio de Janeiro (hipertexto), 2002.

VAN DOMMELEN, P. “Colonial constructs: colonialism and archaeology in the Mediterranean”. *World Archaeology*, 28 (3), 1997, p. 305-323.

VAN DOMMELEN, P. & BELLARD, C. G. *Rural Landscapes of the Punic World*. Monographs in Mediterranean Archaeology, 11, Londres e Oakville: Equinox, 2008.

VAN DOMMELEN, P. & KNAPP, A. B. (eds.) *Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2010.